

Narrativas de si e a estética da existência

Lia Scholze

61

O presente estudo pretende discutir a relação entre discurso, poder e saber na perspectiva de compreender quais saberes estão contidos nas práticas discursivas, quais relações de poder são mostradas e como o discurso organiza estas relações no interior das narrativas construídas pelos sujeitos.

No trato com o texto, considero importante levar em conta a singularidade do sujeito, sua relação consigo mesmo, com o outro e com a *pólis*. Isto se dá na perspectiva da moral pós-convencional que se expressa pela reinvenção estética do prazer e do saber, oposto ao biopoder (na perspectiva foucaultiana) que disciplina os corpos e regula as populações. O *outro* está sempre presente na constituição estética do sujeito, como uma dobra da relação consigo mesmo, e toda auto-apresentação está orientada intersubjetivamente. Esta possibilidade de relação com o *outro* aproxima-nos do mundo do *dasein* (ser-aí, ser-no-mundo) heideggeriano como um mundo compartilhado, *mitsein* (ser-com), e, nessa relação, destaca-se a importância da linguagem em sua dimensão intersubjetiva.

Tomo como base alguns pressupostos: o texto como resultado de um processo de intertextualidade que pode ajudar o sujeito a compor sua própria história; o trabalho de produzir textos como instrumento de autonarrar-se e, neste processo, atribuir um lugar privilegiado ao narrador em sua própria história; o entendimento da produção de narrativas como prática de reflexão do *sujeito consigo* mesmo, com o *outro* e com o mundo, produzindo uma nova estética da existência para si e para o coletivo.

Desconstruir a lógica da organização dos saberes faz parte do processo de resistência proposto por Foucault e abre a possibilidade de produção de novas experiências estéticas de si.

A estética da existência e as tecnologias do eu

E cada vez mais, temos a sensação de que temos de aprender de novo a pensar e escrever, ainda que para isso tenhamos de nos superar da segurança dos saberes, dos métodos e das linguagens que já possuímos e que nos possuem.

Jorge Larrosa. *Pedagogia profana*.

Início este trabalho trazendo para discussão os conceitos de poder e saber, sua relação com o conhecimento e o autoconhecimento. Procuo compreender como os dispositivos contribuem para a produção das *tecnologias do eu* que irão resultar em *narrativas de si*, contendo certos tipos de representações e tendendo para uma homogeneização das formas de ser no mundo, incluindo as produções discursivas. A capacidade de reflexão sobre o que fazemos, em especial sobre o que fazemos com nós mesmos, e o que deixamos fazer conosco é da nossa condição humana, e ela se dá pela linguagem como possibilidade de constante reinvenção de nós mesmos.

Estas preocupações, porém, devem ser vistas a partir da problematização de Foucault sobre a noção de sujeito do discurso, entendido como aquele a quem é permitido dizer ou afirmar alguma coisa. O autor nos interroga sobre quais as condições que se estabelecem para que alguns sujeitos sejam autorizados ou se sintam autorizados a fazer uso do discurso e outros não.

Esta problematização está ligada à discussão sobre a ética/estética da existência e a construção do sujeito singular (Foucault, 1999a), incluindo as preocupações do autor em relação ao funcionamento das *tecnologias do eu* presentes nas *narrativas de si* e que irão constituir o sujeito de determinada forma.

A discussão sobre o valor, a capacidade de ser reconhecido e o estatuto dado a cada discurso no interior da sociedade ajudam a relacionar esta abordagem com os estudos culturais e estabelecer a importância de se analisar certos artefatos culturais e sua relevância na determinação dos papéis sociais.

O discurso também contém saberes que são ou não levados em conta. A discussão de Foucault sobre o saber inclui principalmente estes aspectos: 1) o domínio constituído pelos diferentes objetos que terão ou não *status* científico; 2) o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos; 3) o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; 4) a possibilidade de utilização e de apropriação oferecida pelo discurso. Há saberes que são independentes das ciências, mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (Foucault, 1995, p. 206-207).

Arendt (1995), em sua preocupação com *A condição humana*, desenvolve suas idéias em torno de um possível divórcio entre o conhecimento (no sentido moderno de *know-how*) e o pensamento. E ela afirma que "os homens que vivem e se movem e agem neste mundo só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos" (Arendt, 1995, p. 12). Segundo a autora, as três atividades labor, trabalho e ação que dão ao ser humano esta condição

integram o que ela chama de *vita activa*. O labor e o trabalho¹ seriam atividades do homem consigo mesmo, enquanto que a ação passa a ser a vida para o coletivo, que se refere à vida para o outro, na perspectiva da inclusão social. Porém, pergunto: a qual social devemos nos referir? Na sociedade de consumo, o apelo é para a padronização; o individual se perde no coletivo.

Ao mesmo tempo em que a autora propõe a singularidade, também alerta para o sentido do termo social, que tem origem na sociedade grega e indica certa aliança entre as pessoas para um fim específico. A ênfase dada ao discurso como meio de persuasão desenvolvia, naquela sociedade, as relações entre os membros da *pólis*, pois tudo era decidido mediante palavras e persuasão. A capacidade discursiva contém, além do saber, também a competência de expressão e do convencimento, permitindo a cada um desenvolver, à sua maneira, sua capacidade de interferir no público e disputar o lugar do discurso.

Quando Arendt afirma que é "o discurso que faz do homem um ser político", ela parte da teorização sobre o agir entre os homens pela troca através da palavra, o que pode ser relacionado com as preocupações de Foucault quando este analisa a sociedade moderna e o faz a partir da análise da disciplina e do controle. A autora afirma que a sociedade prescritiva não dá lugar ao agir, ao político. E, segundo ela, o agir humano ocorre na relação com o outro e em relação com a *pólis*. Para a autora, a sociedade atual exclui a possibilidade de ação: "ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a 'normalizar' os seus membros, a fazê-los 'comportarem-se', a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada" (Arendt, 1995, p. 50).

Ao retornar o olhar à sociedade grega, Arendt recupera o conceito de singularidade, na qual o cidadão era estimulado a demonstrar realizações singulares na sua relação com seus pares. A esfera pública era reservada à individualidade; era o único lugar em que os homens podiam mostrar quem real e inconfundivelmente eram. Podemos relacionar esta abordagem àquela desenvolvida por Larrosa (1996, p. 135), para quem os conceitos *fictio - facere* têm a ver com a idéia de que o que ficcionamos é algo fabricado, algo ativo – "a imaginação, assim como a linguagem, produz realidade, a incrementa e a transforma".

A capacidade de transformação, a condição do *devir* humano percebido nestes autores se contrapõe à idéia do sujeito cartesiano, como um sujeito centrado, definido, senhor de sua razão.

Além da idéia de um outro sujeito, outra discussão que se estabelece é sobre a relação dos sujeitos entre si. Ela se dá em torno não mais de uma relação hierárquica de poder e sim por meio de uma proposta de um arranjo social onde se estudam as relações dos sujeitos de forma capilar.

Ortega (2000), ao retomar Arendt e Foucault, mostra uma outra possibilidade de organizar o espaço público, as relações entre os membros da *pólis*. O trabalho do

¹ O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, a própria vida. E trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, que produz um mundo "artificial" de coisas, diferente do mundo natural. A condição humana do trabalho é a mundanidade (Arendt, 1995, p. 15).

autor refere-se às microrrelações, às relações com o outro. Ele afirma que a atual perspectiva de dominação vem pela incorporação, onde todos são iguais; ou seja: por meio do processo de homogeneização desaparecem as diferenças, as singularidades. O que o autor propõe é que "o encontro do outro [ou com o outro] produz [ou possa produzir] uma prova transformadora de si", em vez de "uma apropriação simplificadora do outro com o fim da comunicação" (Ortega, 2000, p. 124). Aqui o autor está usando o conceito de subjetivação foucaultiano, compreendida como a relação do sujeito consigo mesmo, na qual está embutida a proposta do autor de fazer de si, da sua existência, uma obra de arte. A relação com o outro seria, então, uma relação intersubjetiva, não de simples comunicação e sim de transformação de si a partir do encontro do outro (Deleuze, 1992, p. 140-141).

Ortega (1999, p. 124), ao discutir a criação de novas estéticas para a existência, segue na esteira de Foucault (1992, 1999), cuja afirmação – "meu projeto é pensar diferente do que eu penso" – inclui o próprio autor nesse processo de reinvenção. A partir dessa concepção, são formulados três princípios básicos: 1) conhecer a si mesmo; 2) conhecer o mundo; 3) conhecer a necessidade do outro.

A lógica da existência não é de causa-efeito, como se as coisas fossem efeito do contexto, e sim, a partir das condições de sua emergência. Foucault pergunta sobre quais as condições são dadas para que determinada coisa chegue a ser o que é, ou tome o rumo que tomou.

64

Partindo do princípio de que o narrar-se é um ato político, pode-se trazer as questões formuladas por Foucault: De que forma a relação consigo constitui-se um exercício político? O que *a cultura de si* tem a ver com a análise das esferas pública e privada hoje? E eu acrescentaria: De que forma a escrita pode ajudar a estabelecer a relação consigo (como reflexão de si) e constituir-se um exercício político?² A escrita de si (autonarrativa) pode auxiliar a construir a *cultura de si* e estabelecer uma nova relação entre o público e o privado? A escrita (como exercício de auto-reflexão) pode configurar-se como elemento de resistência à tendência à homogeneização e controle dos corpos, dos gostos, dos desejos? Uma forma de conhecer o sujeito ou como o sujeito se dá a conhecer é pela sua escrita. Na sua produção o sujeito se revela, se desvela, ainda que deva-se considerar as questões propostas em O que é o autor? (Foucault, 1992) pelas quais o autor é aquele que instaura a discursividade.

A responsabilidade pela autoria não é do sujeito individualmente, porém através dele falam os discursos já instalados e que estão em permanente disputa na construção de significados. O texto, nessa perspectiva, é resultado do entrecruzamento dos discursos e é expressado pelas narrativas que o constituem e que contém em si a pluralidade dos "eus" do sujeito discursivo.

A ética/estética da existência em Foucault significa encarar a vida como separada da lógica dominante. Ao fugir da capacidade plena dada pela ciência, abre-se uma possibilidade de criar algo novo. Pergunta-se o que é este novo. Na perspectiva

² O político de Foucault vem de sua preocupação com a pólis, numa volta aos gregos, quando o cidadão tinha obrigação com o bem comum.

foucaultiana isso não precisa estar exatamente claro, definido, mas é suficiente que possa esboçar a capacidade de sair da previsibilidade – como uma linha de fuga. Que seja provável a diversidade de interpretação, sem a necessária intermediação autorizada, sem a expectativa de encontrar a resposta "certa". Nessa mesma medida, para Arendt, o agir humano (ação) é aquilo que não é esperado. Sair do esperado é o espaço da criação.

Em relação ao encontro com o outro, Ortega analisa outras probabilidades, como, por exemplo, "o fato de Heidegger pensar estes modos privativos de ouvir-um-ao-outro (*mitsein*), de levar consigo a voz do amigo, aproxima sua posição [da noção] (...) de intersubjetividade e de amizade de Foucault" (Ortega, 1999, p. 137).

Para Heidegger (1988), a intersubjetividade – na forma do *mitsein* (ser-com) – constitui uma estrutura ontológica essencial do *dasein* (ser-aí ou ser-no-mundo). Este encontro com o outro pode se dar também através do texto escrito. As narrativas de si³ abrem caminho para o *mitsein* heideggeriano, assim como a dimensão intersubjetiva do *dasein* possibilita a experiência do outro. O *dasein* abre caminho para o conhecimento do *Ser* e o *mitsein*, para a convivência, o partilhamento. A idéia do *devoir* permanente do *Ser* de Heidegger pode ser aproximada à do sujeito em permanente construção de Foucault, voltado para si mesmo e para o outro, em cujo processo o autor mesmo se incluiu, pois sua obra é um desafio permanente de pensar diferente do que pensa. O *si mesmo* se constrói na relação com o outro, diferente do sujeito cartesiano, centrado, definido da Modernidade, sustentado pela racionalidade.

Ortega aproxima Foucault de Heidegger quando diz que a experiência do outro não é subsumível a si mesmo, mas uma experiência de sua alteridade, na direção da intersubjetividade ou subjetivação coletiva que ele (Ortega) classifica como uma *política da amizade*, o que para Deleuze (1992, p. 139) é classificado como dobras e desdobras, como a operação própria a uma arte de viver:

[...] a dobra ou a desdobra, os leitores de Heidegger conhecem bem essa coisa. É sem dúvida a chave de toda a filosofia de Heidegger ("o aproximar-se do pensamento está a caminho da Dobra do ser e do ente"). Em Heidegger há o Aberto, a dobra do ser e do ente como condição de toda visibilidade do fenômeno, a realidade humana como ser das distâncias. Em Foucault, o fora, a dobra da linha do fora, a realidade humana como ser do Fora. Onde talvez a aproximação que o próprio Foucault faz com Heidegger em suas últimas entrevistas.

De acordo com Ortega (1999, p. 137) "nem Heidegger nem Foucault renunciam à relação com o outro, nem apontam para um sujeito isolado, apesar de a relação consigo mesmo aparecer ontologicamente em primeiro lugar". Larrosa, influenciado por Heidegger, afirma que a experiência vivida não é de apropriação, senão de escuta: "fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se

³ SCHOLZE, Lia. *O ser e a aparência em Paulo Honório de São Bernardo*. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 1979. Trabalhei na minha dissertação de mestrado com a análise do personagem Paulo Honório na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, romance organizado através da autonarrativa, escrito em primeira pessoa, onde o personagem Paulo Honório conta sua relação tempestuosa com Madalena, sua esposa e mãe de seu filho. A análise que faço está baseada na dicotomia heideggeriana do *Sein* (Ser) e do *Dasein* (Ser-no-mundo) aplicada ao discurso autonarrativo, dicotomia que revela, ao longo da obra, os conflitos existenciais do personagem.

apodera de nós, que nos derruba e nos transforma [...]. Fazer uma experiência quer dizer, portanto: deixar-nos abordar em nós mesmos por aquilo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso" (Larrosa, 1996, p. 138).

O conceito de intersubjetividade também pode ser aproximado ao de dialogia de Bakhtin, segundo o qual, "a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais. É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais" (Bakhtin, 1995, p. 66).

Culler (1997), por sua vez, propõe a desconstrução do texto e a desleitura como conceitos que apontam para uma nova forma de trabalhar o texto, principalmente o texto literário. A desconstrução propõe o estudo do entrelaçamento entre os sistemas de representação e o sistema de códigos e convenções. Podemos, por meio dela, traçar o caminho do poder na constituição daquilo que aparece como "real" ou "realidade". Sua proposta, baseada no conceito de análise arqueológica de Foucault, ajuda a identificar como as *tecnologias do eu* atuam nas narrativas acerca da temática do trabalho.

A linguagem como uma das formas privilegiadas da subjetivação e da constituição da cultura

66

"Em toda a tradição humanística, pelo menos até o início deste século, a relação da cultura literária com a perfeição moral do indivíduo e da sociedade foi evidente por si mesma" (Larrosa, 1998, p. 13). O que deve ser trazido, na minha opinião, é a experiência da leitura e da escrita como uma possibilidade "de abandono das seguranças do mundo administrado, incluindo as que constituem a própria identidade do leitor, e como uma entrega a um outro mundo que 'in-quieta', interrompe e transforma o primeiro" (Larrosa, 1998, p. 15). Esta perspectiva heideggeriana proposta por Larrosa muda radicalmente a forma de apresentar a linguagem, não mais como uma forma acabada de organização das idéias já postas, mas sim como uma possibilidade de transformação do indivíduo na sua relação com o outro por meio da linguagem.

Nas relações sociais existe uma disputa permanente entre os usuários dos discursos tanto em relação às escolhas semânticas como no que concerne à imposição de significados e, em conseqüência, imposição de valores do grupo social a que pertencem. Dessa forma "... as relações de produção lingüística comandam o conteúdo e a forma de produção impondo um grau mais ou menos elevado de tensão e de contenção lingüísticas ou, se preferirmos, impondo um nível mais alto de censura, próprio a exigir mais ou menos imperativamente uma configuração específica" (Bourdieu, 1996, p. 172).

Determinados grupos se enclausuram e criam barreiras simbólicas impeditivas para os que não pertencem às suas comunidades, fazendo que muitos não se autorizem ou mesmo não ousem se manifestar, ou mantenham postura de recato, contenção, ou ainda de manifestações às vezes incompreensíveis fora do grupo de origem.

Nos Estudos Culturais, existe o entendimento de que alguns discursos são reconhecidos e estimulados e outros, evitados, condenados ao silenciamento ou não são levados em consideração, numa constante disputa entre os sujeitos e as condições de enunciação do discurso.

Foucault refere-se, em *A ordem do discurso* (1999), aos processos de exclusão que o discurso sofre, afirma que o mais evidente é a interdição e observa que ela se desdobra num jogo de três tipos que se cruzam, se reforçam ou se compensam, ou seja: o tabu do objeto, o ritual da circunstância, o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. O tabu do objeto seria o valor que se dá a determinado objeto do discurso, e o autor afirma que os "buracos negros" seriam as questões relativas à sexualidade e à política, em relação às quais haveria maior número de interdições; o ritual da circunstância tem a ver com o *onde* e *quando* se fala sobre determinado assunto, em que circunstância acontece o discurso; e o direito do sujeito é a disputa pelo lugar da fala: quem pode falar. Neste jogo aprende-se que não se pode falar tudo o que se quer e que nossa fala está determinada pela circunstância e pelo lugar de sujeito que ocupamos nas relações sociais.

Podemos lembrar Foucault em pesquisa registrada em *O nascimento da Clínica* (1980), que resgata o valor simbólico do discurso do louco, o qual não é ouvido ou, quando ouvido, tem o peso de profecia/maldição. Podemos aproximar desta visão o tratamento que recebe em diferentes sociedades a voz da criança, da mulher, do índio, do colono, do caipira, dos sem-terra, dos sem-teto, variando os graus de aceitabilidade dependendo do momento e do grupo em que se manifestam.

A compreensão de que a língua é feita apenas para comunicar, de que ela deve ser apenas compreendida e decifrada e de que o universo social é um sistema de *trocas simbólicas* (Bourdieu, 1996) foi superada pela idéia de que este universo não é só expressivo, mas também constitutivo, ou seja, os indivíduos produzem linguagem e com ela produzem significados que constituem os objetos. Este sentido foi introduzido pela *virada lingüística*, que prevê a existência de um processo de circularidade destes significados, o que faz com que os significados adquiram sentido entre um grupo de indivíduos em um definido tempo e espaço, mantendo entre si definido tipo de relação, com cada um dos membros do grupo ocupando e desempenhando definido papel.

Para compreender estas produções discursivas é preciso estudar as relações de produção lingüística que definem as características deste discurso num jogo de poder em que estão presentes os códigos usados, os significados produzidos, as relações entre os indivíduos, as instituições nas quais eles circulam e os efeitos deles resultantes. Deste modo, podemos dizer que o estudo atual da linguagem substitui a questão saussuriana das condições de possibilidade de intelecção (a língua) pela questão das condições sociais de possibilidade de produção e circulação lingüística (Hall, 1977). Nesta linha, encontramos também as idéias de Culler (1997), que recupera a preocupação (que ele afirma já existente em Saussure) do uso social da língua, retirando a idéia da língua como estrato fixo e imutável. Hall (2002, p. 40) lembra, interpretando a teoria saussuriana, que nós não somos, em nenhum sentido, os "autores" das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua, pois a língua preexiste a nós.

"Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais" (Hall, 2002, p. 40). Esta perspectiva proposta por Hall tem a ver com as teorias desenvolvidas por Bakhtin (1995), que, ao falar em *dialogicidade*, refere-se à troca entre os indivíduos como espaço de construção de sentidos do discurso. Hall (2002) comenta também os argumentos de filósofos da linguagem como Derrida, influenciados por Saussure e pela *virada lingüística*, segundo os quais, "apesar de seus melhores esforços, o/a falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade" (Hall, 2002, p. 40).

O autor entende que

[...] as palavras são 'multimoduladas'. [Ou seja], elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado (...). Tudo o que dizemos tem um 'antes' e um 'depois' – uma 'margem' na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis (Hall, 2002, p. 41).

68

A estrutura da relação da produção lingüística depende, segundo Bourdieu, da relação de força simbólica entre os interlocutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente lingüístico): a competência é também, portanto, capacidade de se fazer escutar (Bourdieu, 1996, p. 160). O autor chama a atenção para a disputa pelo lugar da palavra, no qual alguns detêm o capital de autoridade de se fazer ouvir e a grande maioria fica excluída desta condição. Foucault lembrou que, apesar da interdição, existe sempre a possibilidade de resistência e da criação de outras formas de manifestação que não se submetem à tentativa de silenciamento.

Quando se estudam as condições de comunicação,

[...] deve-se levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção. A produção é comandada pela estrutura do mercado (...) isto é, pela autoridade lingüística como poder que confere às relações de produção lingüística uma outra forma de poder (Bourdieu, 1996, p. 171),

e a instauração da comunicação depende de condições objetivas onde os interlocutores tenham, minimamente, o mesmo poder de manifestação e a possibilidade de que suas falas sejam ouvidas. As práticas de produção resultam, portanto, em determinado uso, tipo de escolha, circularidade de determinadas expressões e combinações. Chartier (2001) fala das dificuldades dos autores de editar e ver circular suas produções escritas; elas têm a ver com o padrão lingüístico e textual reconhecido como válido cujos autores não detêm autoridade lingüística. Para que a recepção seja instalada, é necessário que sejam utilizadas diferentes estratégias que chamem a atenção para o produto cultural que não tem apoio da mídia para criar audiência. Como é sabido, existem

dificuldades de diferentes níveis que vão desde a produção, passando pela habilidade ou competência de escrita, editoração, divulgação e mecanismos de circulação.⁴

Hall, na discussão que faz sobre a construção das identidades nacionais, afirma que a formação de uma cultura nacional é responsável pela criação de padrões de alfabetização universais, generalizando uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criando uma cultura homogênea e mantendo instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. A Escola seria, então, historicamente a grande responsável pela produção da cultura lingüística, ainda que hoje este espaço esteja sendo disputado pelos meios de comunicação e, mais atualmente, pela Internet, fazendo circular novas formas de comunicação.

Volto ao conceito de singularidade proposto no início deste trabalho e penso que ela poderá ser potencializada se houver um esforço de que mais espaços e mais ações garantam que maior número de indivíduos sejam envolvidos em práticas de produção discursiva e que elas possam circular e serem vistas como parte da produção cultural da comunidade. Acredito que desenvolver a competência ou, ainda, a prática comunicativa deve ser vista como questão de cidadania, de direito de falar e ser ouvido, de necessidade de ampliação do capital simbólico e sua inserção social.

Como já foi dito, o processo de exclusão social está diretamente ligado à competência discursiva dos sujeitos e é fator determinante no reconhecimento do indivíduo com direito à manifestação em determinadas instâncias, e são os mecanismos que compõem estes processos que devem ser examinados, para que se possa perceber como se organizaram, que fins têm e que resultados são obtidos.

O *habitus*, um dos principais conceitos de Bourdieu (1996, p. 171), integra o "conjunto das disposições que constituem a competência ampliada definindo para um agente determinado a estratégia lingüística que está adaptada às suas chances particulares de lucro, tendo em vista sua competência específica e sua autoridade". Vê-se, assim, que as marcas de pertencimento a determinado grupo social são evidenciadas através da fala e vão colaborar na possibilidade de aceitação ou rejeição dos indivíduos nos diferentes espaços sociais.

"Não aprendemos a gramática de um lado e a arte da ocasião oportuna de outro: o sistema de 'reforços seletivos'" (Bourdieu, 1996, p. 171), que irá resultar no *habitus*, cria em cada um a disposição de "se vigiar", de "se corrigir", introjetando, se não o conhecimento, pelo menos o reconhecimento da norma lingüística.

É na prática e na convivência com os códigos reconhecidos que o indivíduo poderá desenvolver suas competências e mudar sua capacidade de intervenção.

O discurso é o lugar em que se exercem alguns dos mais temíveis poderes. Ele "não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo [...]. O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos

⁴ Em Porto Alegre, RS, a Associação de Autores Independentes nasceu com o apoio da Secretaria Municipal da Cultura e hoje abriga escritores novos que precisam de algum tipo de apoio para se lançar no mercado editorial.

queremos apoderar" (Foucault, 1999b, p. 10); a garantia de ser escutado depende de nossa capacidade de dizer coisas que façam sentido ao grupo ao qual nos dirigimos.

A estética da existência, referida no início do texto, deve levar em conta nossas relações de troca lingüística com o outro. A relação com o outro eventualmente é de dominação, mediante a imposição dos códigos lingüísticos de determinado sujeito sobre o outro ou de determinado grupo sobre o outro grupo.

O poder é ação sobre as ações dos outros. O poder não é repressivo nem destrutivo e sim produtivo – ele inventa estratégias que o potencializam, ele engendra saberes que justificam e encobrem, ele nos desobriga da violência – economiza os custos da dominação, como nos ensinou Foucault. A dominação através da inclusão ou exclusão lingüística é muito mais sutil e poderosa que a violência física. É uma violência simbólica que se articula com questões de auto-estima e de pertencimento. O silêncio se impõe não pela força e sim pela autocensura, pela possibilidade ou não de tomar a palavra, pela dificuldade ou não de decifrar os códigos de determinada comunidade lingüística, pela capacidade de articulação clara e objetiva, pela disposição física dos interlocutores. Tudo isto nos condiciona ao silêncio ou à enunciação.

As diferenças que separam os indivíduos, na perspectiva pós-estruturalista, não são apenas de classe, mas envolvem outras dimensões, como gênero, orientação sexual e outras; têm característica de circularidade e estão presentes em todas as relações humanas, em todos os tipos de organizações sociais, passando por todas as suas instituições, indo desde a família, passando pela Escola, pela Igreja, pelo local de trabalho, pelo Judiciário e outros.

70

Em matéria de linguagem, as diferenças não se reduzem a um somatório de demarcadores sociais. Elas constituem "um sistema de signos congruentes de diferenciação, ou melhor, de distinção, que encontram seu princípio nos modos de aquisição socialmente distintos e distintivos" (Bourdieu, 1996, p. 177). E, de acordo com o autor, o exemplo mais evidente é a pronúncia das pessoas, que denuncia sua origem social, e, por vezes, étnica. É muito comum que pessoas falantes no seu grupo de origem permaneçam caladas em um grupo desconhecido no qual percebam o uso de códigos que não lhe sejam familiares.

As variedades lingüísticas estabelecem as distinções entre os indivíduos, e o grau de aceitabilidade no grupo vai depender da capacidade do sujeito de produzir discursos condizentes com as expectativas do outro. Os códigos partilhados favorecem a compreensão, a comunicação e a amizade (na linguagem de Ortega) entre os indivíduos. A consideração dada ao discurso do outro possibilita a interação lingüística e a construção coletiva dos significados, e é nessa perspectiva que se pensa ser possível desenvolver o ensino da Língua e da Literatura, procurando ouvir a voz do outro, estabelecer a troca de sentidos e construir a singularidade, pois os discursos me possuem mas também através de capacidade criadora própria dos indivíduos posso instaurar a singularidade e construir novas estéticas para mim como sujeito, e para o coletivo na troca que estabeleço com os outros. Devemos nos permitir esta troca inaugurando um tipo de criatividade.

Referências bibliográficas

- ARENDET, Hannah. *A condição humana*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999a.
- _____. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artemed, 2001.
- _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- _____. *Teoria Literária*. Uma introdução. São Paulo: Beca, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 226 p.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- _____. *O que é o autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- _____. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- _____. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michael Foucault uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.
- _____. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 1997.
- _____. *História da Sexualidade II*. O uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *História da Sexualidade I*. A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *História da sexualidade III*. O cuidado de si. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- _____. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999b.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. *Sobre o Humanismo*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

HEIDEGGER, Martin. *Da experiência do pensar*. Porto Alegre: Globo, 1969.

_____. *El Ser y el Tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

_____. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Sobre o problema do Ser*. O caminho do campo. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1972.

_____. *Del camino de la habla*. Versão castellana Yves Zimmermann. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1987.

LARROSA, Jorge. Saber y Educación. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, jan./jun. 1997.

_____. Narrativa, identidad y desidentificación. In: _____. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996.

_____. *Pedagogia profana*. Danças, piruetas e mascarados. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

_____. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *O sujeito da educação*. Estudos Foucaultianos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. O si mesmo e os outros: intersubjetividade e constituição do sujeito. In: _____. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Gral, 1999.

72

SCHOLZE, Lia. *O "Ser e a aparência" em Paulo Honório de São Bernardo*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

_____. Histórias de mulheres e a construção das identidades femininas. *Nonada. Letras em revista*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, ago./dez. 1999.

_____. A construção cultural do corpo feminino. In: SCHOLZE, Lia (Org.). *Gênero, memória e docência*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, 2001. (Cadernos temáticos).

_____. O poder/saber como binômio excludente do feminino. In: PENNA, Rejane (Org.). *Diálogo*. Canoas: La Salle, n.2, 2001a.

_____. A mulher na literatura: gênero e representação. In: DUARTE, Constância Lima et al. (Org.). *Gênero e representação na Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Lia Scholze

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora titular do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). Coordenadora-Geral de Linha Editorial e Publicações do Inep. Organizadora dos livros *Escola de gestores da educação básica: relato de uma experiência* e *Teorias e práticas de letramento*, publicados pelo Inep em 2007.

scholze@cpovo.net